

# Marxismo, partido e revolução no Brasil atual

EMIR SADER\*

1) A incapacidade de fusão entre a teoria e a prática política é um dos responsáveis pelos impasses da esquerda brasileira atualmente. A esquerda nascida ainda no período final da ditadura militar e que ganhou corpo na transição para o novo regime, não fez a teoria de sua prática, enquanto pôde, avançou empiricamente pelos descaminhos da reconstrução democrática brasileira, munida de um ideário democrático-liberal radical e de um empenho humanista, que finalmente se revelaram insuficientes para iluminar os caminhos que ia enfrentar.

A esquerda — na sua principal vertente, o PT — entrou na década de 80 — como ressalta José Luís Fiori — despreparada teoricamente para compreender que se esgotava não apenas o regime militar, mas um modelo de acumulação e que a simples restauração democrática — por mais ampla que fosse — não atacaria as raízes da crise em que entrava o país. O pensamento que orientava a esquerda não apenas não era marxista, como primava por um repúdio ao marxismo — como Castoriadis, Lefort, Foucault, entre outros. A esquerda se privava assim do potencial teórico do marxismo, presente não apenas nos seus teóricos internacionais — Marx, Lenin, Trotski, Rosa Luxemburgo, Gramsci, para citar alguns —, como no pensamento de Caio Prado Jr. e toda a vertente histórica que a partir dele captou o essencial das particularidades da história brasileira.

Ao contrário, a esquerda confiava na “democracia” e na sua versão democrático-liberal, com um acentuado teor antiestatista, herdado da ditadura militar, como, por exemplo, a proposta sindical de deixar o Estado fora das negociações entre patrões e empregados, num país em que existe um excedente estrutural de mão-de-obra. O próprio socialismo tinha um cunho religioso, humanista, solidário, sem raízes históricas e contornos políticos. Seu “acerto de contas” com o chamado “socialismo realmente existente” se dava apenas pelo lado da “falta de democracia”, entendida

\*Professor de Sociologia da USP.

esta nos termos do Estado de direito: eleições, parlamento, partidos, etc. Nada que retomasse os critérios libertários do marxismo, como por exemplo a socialização dos meios de produção em lugar da sua estatização, como ocorreu no modelo stalinista.

A teoria costuma cobrar caro da prática os erros, os vazios. Enquanto jogou como ala esquerda do PMDB, radicalizando e dando um caráter democrático e de base à suas orientações, o PT pôde acumular forças, freqüentemente valendo-se dos problemas criados pela próprio novo bloco no poder. Foi assim ao longo dos anos 80, quando cresceu e capitalizou o ascenso de massas, tanto no movimento sindical quanto nos chamados “novos movimentos sociais”. Foi ali que o PT se transformou no mais importante partido produzido pela esquerda brasileira, captando o mais avançado do processo político da transição.

No entanto, as questões não resolvidas, nem sequer enfrentadas, foram se acumulando e se revelaram amplamente na última campanha eleitoral, em que a esquerda se apresentou sem programa, sem passar para a população o projeto alternativo de sociedade pelo qual luta, correndo atrás dos acontecimentos para apresentar propostas pontuais diferenciadas das medidas do governo.

A reatualização do pensamento teórico da esquerda no Brasil — e, portanto, do marxismo — requer hoje um grande esforço programado de reflexão que se reaproprie das condições históricas concretas em que se dá a luta social no Brasil e no mundo, a começar pelo estudo concreto do que é o capitalismo brasileiro hoje — o processo de acumulação, as classes e frações de classe, o Estado, as relações de poder, o modelo hegemônico, etc. Em base a isso é que se torna possível traçar estratégias e formas de ação e de organização que avancem na direção do que é o maior desafio da esquerda hoje: a recolocação do socialismo como tema de atualidade para a massa da população nesse final de século e começo do próximo.

2) As idéias de partido formulada tradicionalmente pelas correntes da Segunda e da Terceira Internacional se esgotaram, em grande parte pelas transformações nos modelos de hegemonia burguesa dentro do capitalismo, com suas conseqüências para a construção de blocos hegemônicos alternativos, função essencial dos partidos anticapitalistas.

Assim, a função organizativa direta de setores de massa se restringe, ao contrário do que tendeu a ser propagar no Brasil nos anos 80, quanto se pregava contra os “partidos de quadros”, de “vanguarda” e em favor dos “partidos de massa”, como se isso significasse uma concepção mais democrática de partido, menos burocrática e autoritária. Na realidade, nenhum partido é “de massa” estrito senso, sempre serão setores determinados que ingressam, a partir de certos critérios.

O essencial é que o partido assuma seu papel de direção teórica e política, que se traduz em capacidade de desvendar a realidade em que se encontra, de compreender as forças sociais que se chocam, de captar as modalidades de hegemonia e, em base a isso tudo, elaborar estratégias e táticas e propor linhas de ação. A isso se somam funções de formação teórica e política, de ação propagandística e de agitação, de proposta de linhas de pesquisa investigativa sobre a realidade, entre outras na mesma direção.

Em suma, muito mais um partido no sentido gramsciano da realidade, do que aqueles propostos pelas concepções da Segunda e da Terceira internacionais. Mantém-se o caráter de vanguarda, pensada como direção teórica e política, acentua-se mesmo essa função, especialmente no que tange à luta ideológica e política.

3) Revolução se identifica em nosso tempo necessariamente com o movimento de superação do capitalismo pelo socialismo. Se esse sentido permanece inequívoco, as formas que deve assumir contemporaneamente estão por ser redefinidas. Isto, nos dois sentidos que se pode dar ao termo “revolução”: o do processo de luta pelo poder e o da construção da nova sociedade.

No primeiro sentido, mesmo nos países que mais de perto se assemelhavam às condições, por exemplo, de vitória da revolução cubana em 1959 — que se valeu, como se sabe, do chamado fator “surpresa” —, como a Nicarágua, El Salvador e Guatemala, não conseguiram reproduzir as condições insurrecionais de assalto ao poder ou, quando o lograram inicialmente — caso nicaraguense — não puderam dar continuidade ao novo poder.

No segundo, o fracasso das chamadas “economias centralmente planificadas” coloca em discussão a possibilidade de, nas condições de complexidade econômica e social crescentes, construir uma economia desse tipo, com os riscos de burocratização, falta de democracia e de eficiência, colocando-se em debate alguma nova função do mercado, em condições de um tipo de sociedade pós-capitalista.

A primeira das discussões se situa no marco da afirmação clássica do marxismo de que somente depois da tomada do poder seria possível a construção da hegemonia proletária ou anticapitalista, dado que esta prevalece inequivocamente dentro da sociedade capitalista. Os termos colocados por Gramsci, do processo de construção duma contra-hegemonia já dentro do capitalismo recolocou o problema, embora tivesse sido reinterpretada em termos estritamente reformistas pelo euro-comunismo dos anos 70, tirando o forte conteúdo anticapitalista que Gramsci lhe imprimia.

A segunda, no da possibilidade de construção de uma economia pós-capitalista com a presença de relações mercantis. Um tipo de sociedade

que, sendo pós-capitalista, não seria socialista, nos termos do que foi formulado por Marx na *Crítica ao programa de Gotha*, isto é, uma sociedade do trabalho, em que já não haveria exploração do trabalho, tendo sido abolida a mercadoria e todas suas conseqüências.

São temas abertos que, somente quando a esquerda conseguir recolocar o socialismo na agenda histórica contemporânea, poderão voltar a ser discutidos, como problemas teóricos e práticos de atualidade histórica.

SADER, Emir. Marxismo, partido e revolução no Brasil atual. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.125-128.

***Palavras-chave:*** Marxismo; Partidos políticos; Revolução; Esquerda; Brasil.